

Revista de Comunicação Científica: RCC



ARTIGO

PEDAGÓGICO COM CATALOGAÇÃO DE ESPÉCIES DE PEIXES EM LÍNGUA INDÍGENA BALATIPONÉ

*Pedagógica con catalogación de especies de peces en
lengua indígena Balatiponé*

*Pedagogical with cataloging of fish species in Balatiponé
indigenous language*

Luizinho Ariabo Quezo
Mestranda do Programa de Pós Graduação
Scripto Sensu Mestrado Profissional em Ensino e
Contexto Indígena Intercultural - UNEMAT.
E-mail: luizinho.quezo@unemat.br

Mônica Cidele da Cruz
Professora Doutora do PPGEII - Programa de
Pós Graduação *Scripto Mestrado* Profissional em
Ensino e Contexto Indígena Intercultural e
Diretora da FAINDI - Faculdade Indígena
Intercultural - UNEMAT.
E-mail: monicacruz@unemat.br

Como citar este artigo:

QUEZO, Luizinho Ariabo & CRUZ, Mônica Cidele
da. Pedagógico com catalogação de espécies de
peixes em Língua indígena Balatiponé In **Revista
de Comunicação Científica** – RCC, Jan./Maio,
Vol. I, n. 7, pgs. 113-123, 2021. ISSN 2525-670X.

Disponível em:
<https://periodicos.unemat.br/index.php/RCC/index>

Volume I, número 7 (2021)
ISSN 2525-670X

PEDAGÓGICO COM CATALOGAÇÃO DE ESPÉCIES DE PEIXES EM LÍNGUA INDÍGENA BALATIPONÉ

Pedagógica con catalogación de especies de peces en lengua indígena Balatiponé

Pedagogical with cataloging of fish species in Balatiponé indigenous language

Resumo

Esta pesquisa está relacionada ao projeto de revitalização da língua umutina balatiponé da Escola Indígena Jula Pará. Ele busca contribuir para o fortalecimento da formação dos profissionais da educação intercultural indígena, assim como, para a própria educação escolar na aldeia e para a revalorização da cultura indígena Balatiponé. O projeto possui como objetivo principal realizar a catalogação, em idioma materno, das espécies de peixes existentes nos córregos e principais afluentes do território da nação indígena Balatiponé.

Palavras-chave: Língua balatiponé; ensino; material didático.

Abstract

This research is related to the project to revitalize the Umutina Balatiponé language of the Jula Pará Indigenous School. It seeks to contribute to the strengthening of the training of professionals in indigenous intercultural education, as well as to school education in the village itself and to the revaluation of Balatiponé indigenous culture. The main objective of the project is to carry out the cataloging, in the mother tongue, of the fish species existing in the streams and main tributaries of the territory of the indigenous nation Balatiponé.

Keywords: Balatiponé language; teaching; courseware.

Resumem

Esta investigación está relacionada con el proyecto de revitalización de la lengua Umutina Balatiponé de la Escuela Indígena Jula Pará. Busca contribuir al fortalecimiento de la formación de profesionales en educación intercultural indígena, así como a la educación escolar en el propio pueblo y a la revalorización de la cultura indígena Balatiponé.

Palabras-clave: Lengua balatiponé; enseñando; material didáctico

Introdução

Nós, Balatiponé, fazemos parte de um complexo cultural de dez povos indígenas diferentes que habitam, há séculos, a mesma região. Desde a década de trinta, foram transferidos de outras regiões do mesmo Estado de Mato Grosso para o território Umutina pelo SPI (Serviço de Proteção ao Índio (atualmente FUNAI), instituição fundada pelo Marechal Candido Mariano Rondon, considerado “pai do telégrafo”.

A finalidade, também, é ampliar a noção cultural e identitária do povo, bem como, incentivar e manter registrado os nomes dessa espécie animal, com o intuito principal de repercussão social junto à comunidade de falantes e ao povo como um todo. Dentre os objetivos específicos destaca-se a construção, por meio de conversas de cunho pedagógico nas escolas indígenas “Jula Paré”, “Bakalana” e “Massepô”, a elaboração de material de cunho pedagógico. A metodologia de pesquisa é de viés colaborativo e participativo, dentro dos moldes da pesquisa-ação.

Vários indígenas, tanto homens quanto mulheres de diferentes povos, Paresi, Bororo, Nambikwara, Terena, Bakairi, Kayabi, Chiquitano, Manoki/Irantxe, não indígenas e Balatiponé residem no território Umutina.

Hoje, todos os pertencentes à comunidade, independentemente do povo e da origem étnica, se autodenominam “Balatiponé” e desenvolvem ações conjuntas, sejam políticas ou culturais.

Nossa população Balatiponé atual ultrapassa quinhentas pessoas, que vivem basicamente da agricultura especializada na mandioca, arroz, milho, banana, batata, caça, pesca e comércio de artesanato.

Nosso povo Balatiponé já vem trabalhando há um bom tempo na revitalização da cultura, principalmente, os jovens que estão conscientes de que devem manter e valorizar a cultura em geral, desde a história da origem do povo, incluindo mitos, rituais, cantos, artesanatos, vestimentas, pintura corporal e, sobretudo, a língua originária.

Esta pesquisa visa dar continuidade ao projeto que desenvolvi na pós-graduação, nível *lato sensu*, com a denominação *Construção de frase na língua Umutina e seus elementos culturais*. O interesse inicial pelo estudo surgiu da minha

percepção, com vistas a necessidade de fortalecer o trabalho das pessoas que atuam como professores na comunidade indígena Balatiponé, localizada há cerca de sete quilômetros da cidade de Barra do Bugres-MT.

Parti do entendimento sobre a importância de se conhecer melhor a história da própria comunidade indígena para, com base nisso, poder contribuir para a valorização da língua originária. Participam da pesquisa alunos, professores, as pessoas mais idosas, de modo a se ter acesso, através de entrevistas, à história e à mitologia do povo.

A educação é dada como interação e transformação do ser humano na sua própria sociedade, é o processo de criação e recriação de indivíduos partindo das suas relações sociais com o meio ambiente, o meio econômico e a cultura. A educação está garantida na Constituição Federal de 1988 para todo tipo de classe social do país.

A educação escolar indígena pode ser uma educação diferenciada, seguindo as normas do estado, juntamente com a realidade de cada comunidade indígena, podendo, assim, incluir um calendário específico, tendo como base, principalmente, o PPP (Projeto Político Pedagógico) da escola ou daquela comunidade escolar.

Somente assim, estas ações poderão estar garantidas por lei. Essa é a educação escolar indígena, um dos caminhos para garantir a cultura indígena, os seus costumes e, principalmente, a língua materna do povo a que pertence. A educação na comunidade indígena já começa desde criança, no seio familiar, sendo ensinado pelos pais e avós, partindo do aprendizado da família para o aprendizado escolarizado da comunidade em que vive.

A educação escolar indígena como ensino diferenciado é respaldada também pela Lei de Diretrizes de Bases – LDB e demais documentos importantes relacionados a educação no país. Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa é produzir material didático por meio da catalogação, no idioma umutina/balatiponé, das espécies de peixes existentes nos córregos e nos principais afluentes do nosso território.

Para isso, a principal estratégia metodológica a ser utilizada é a pesquisa de tipo participante e colaborativa, sendo também, utilizadas estratégias metodológicas da pesquisa ação. Como metodologia de pesquisa de campo, adotarei o método da

pesquisa-ação e da pesquisa participativa, da forma como aparece descrita por Cameron (1992) e que envolve pesquisa sobre, para e com a comunidade em questão, fato que implica o uso de métodos interativos e dialógicos. Também farei entrevistas com professores de 1º a 4º, 5º a 8º ano, professores de Ensino Médio, lideranças e anciões da comunidade.

Serão desenvolvidas, ainda, oficinas que envolvam professores e educandos indígenas com o objetivo de proporcionar modificações na realidade existente.

Por fim, propomos como produto final, um catálogo, na língua balatiponé, das espécies de peixes dos rios do nosso território, como possibilidade de material didático para as escolas de nossas aldeias.

2. Língua indígenas dos povos originários

Os estudos das línguas indígenas têm se colocado como prioridade dentro dos estudos linguísticos no Brasil, principalmente, pelas contribuições para o estudo da linguagem humana.

No Brasil, temos em torno de 270 línguas indígenas (IBGE, 2010), porém, ainda existe precariedade em estudos linguísticos que abordam a realidade indígena contemporânea, a partir de um viés indígena. Mas, já é sentido em alguns trabalhos recentes (MELGUEIRO, 2009) que se movimentam na valorização da aplicação do olhar indígena sobre a gramática das línguas indígenas.

Sabe-se que a língua é um patrimônio imaterial de valor imensurável e representa uma marca identitária para qualquer sociedade. Por trás de cada fenômeno linguístico estão guardados gamas de conhecimentos, um universo inteiro de informações, uma peculiar forma de inferir o mundo.

Entre outras coisas, uma abordagem metodológica no qual o observador-pesquisador é nativo da língua indígena em pesquisa é interessante para questões epistemológicas. O estudo tem, entre seus objetivos práticos, entrevistar falantes antigos da língua. Estes falantes possuem estatuto de anciões e mantêm conhecimentos profundos sobre o viver Balatiponé e sobre a linguagem. A importância disto implica considerações éticas para o pesquisador na comunidade.

Por meio deste encontro entre faixas etárias distintas – o ancião e o pesquisador - ocorre a continuidade da rede de permanência de transmissão de conhecimentos.

Há um conjunto de estudo de língua Balatiponé que é importante destacar:

Já no ano de 1953, o Harald Schultz registrou um pouco sobre a história de vida do povo Balatiponé com seus mitos e, até mesmo, palavras e frases do idioma do povo. O trabalho, em questão, denomina-se *Vinte e três índios resistem à civilização*.

Um outro estudo importante é a dissertação da professora Stella Telles P. Lima, intitulada: *A língua Umutina: Um sopro de vida*. Ela traz para o povo Balatiponé um registro importante sobre fonética e fonologia da língua, além da história do povo, registrada em 1995.

No ano de 2012, tivemos a tese de doutorado da professora Mônica Cruz, com um trabalho muito importante: *Povo Umutina: A busca da identidade linguística e cultural*, na qual faz uma releitura dissertação da professora Stella Telles.

Há um trabalho também importante de uma professora que é pertencente ao povo Balatiponé, Ducinéia Tan Huare, *Léxico remanescente Umutina: repertório linguístico de seus lembrantes*, dissertação defendida em 2015. Este trabalho também retrata um pouco sobre a língua do povo.

Neste mesmo ano de 2015, foi publicado um trabalho do professor Luciano Ariabô Quezo sobre a língua Balatiponé com o tema: *Mataré Balatiponé* (Falando em Balatiponé). Ele escreve palavras e frases no idioma materno, resultando num material muito importante que está sendo usado para ensinar as crianças Balatiponé.

Entende-se que a educação tem o processo de ensino formal que é escolarizado e que facilita o desenvolvimento, o conhecimento e entendimento de um ser na sua sociedade.

A educação está garantida na Constituição Federal de 1988 para todo tipo de classe social do país. Sabe-se que no nosso país ainda existem indivíduos que precisam de oportunidade na educação. Por mais que a educação seja essencial no desenvolvimento do homem, muitos brasileiros tem dificuldade para ingressar na mesma.

O homem como sujeito conhecedor da natureza e nos processos de interação com outros sujeitos, estabelece relações, normalmente desencadeada pelos conflitos que a sua sobrevivência impõem, produzindo conhecimento, cultura. Daí surge o processo de educação informal que é mediado pela linguagem, a grande responsável pela preservação da cultura e pela consolidação da sociedade.

A educação informal tem suas características como: a não-sistematicidade, a espontaneidade e circunstancialidade.

A não-sistematicidade é que não planeja; espontaneidade é o que acontece de acordo com a necessidade nos diferentes grupos e relações sociais; e a circunstancialidade é que não há local e hora marcadas, mas acontece conforme a exigência das situações.

Já num outro momento do desenvolvimento das sociedades humanas foi preciso organizar e disseminar conhecimento de modo a torná-los comuns a grupos maiores e mesmo à sociedade como um todo. Dessa forma surge a educação formal que apresenta como características: sistematicidade, programação e é situada artificialmente no contexto social.

O sistemático é metódica e metodologicamente organizado e sistematizado, o programado é com objetivos e ações planejados e previamente e situado artificialmente em tempos e espaços definidos.

Todo o ser humano precisa de uma boa educação seja ela informal ou formal, para que o indivíduo seja crítico em todos seus aspectos sociais.

3. Educação Escolar Indígena

Essa é a educação escolar indígena um dos caminhos para garantir a cultura indígena, os seus costumes e, principalmente, a língua materna do povo a quem pertence.

A educação na comunidade indígena já começa desde criança dentro da sua própria família, sendo ensinado pelos pais e avós, partindo o aprendizado da família para o aprendizado escolarizado da comunidade em que vive.

Segundo Mattos (1958) iniciou-se no ano 1549 a história da educação indígena no Brasil, feita pelos jesuítas, com a proposta de converter os índios das suas religiões.

Através dessa educação tinha-se o amplo propósito de aculturar os índios. Esta era a política de D. João III. Toda essa política era para que os índios deixassem de praticar a sua cultura e nisso já incluía-se o trabalho escravo dos mesmos.

Melatti (1977) afirma que o governo não se preocupou em dar continuidade a esse trabalho e nem impediu o trabalho dos missionários junto as comunidades indígenas, que com isso foi se expandido por todo o Brasil. Esta ação missionária na tentativa da conversão religiosa que tinha como base a educação já existida e permaneceu até o fim do período colonial.

Ele diz ainda neste mesmo sentido foi criado SPI (Serviço de Proteção ao Índio) dirigido pelo Marechal Candido Rondon. Dessa maneira foi estabelecida uma política indigenista no Brasil, com o mesmo fim de educar e catequizar as crianças indígenas. Prática que era ministrada somente na língua portuguesa. Tudo isso ocorreu nos anos de 1910 até 1967.

E posteriormente vem a criação do Funai (Fundação Nacional do Índio) e logo em seguida foi criado o decreto presidencial nº. 58.824, estabelecendo as medidas legais para adoção da língua indígena na sala de aula. Em tais circunstâncias as línguas indígenas passaram a representar meios de “educação” dos povos a partir de valores os conceitos “civilizados”, sendo assim um ensinamento bilíngue.

Vale afirmar que antes da tramitar no Congresso Nacional da Constituição Federal de 1988, o FUNAI em Brasília definiu em 1987 uma política de atendimento à educação escolar indígena.

Com a promulgação da Constituição Brasileira em 1988 a educação indígena passou a ser vista como fonte positiva, assegurando aos indígenas o direito à educação escolar diferenciada, específica intercultural e bilíngue.

Para assegurar mais os valores da educação nas escolas indígenas, surgiu o Referencial Curricular Nacional para a educação (RCNEI) baseado na Constituição e na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que direciona desde a construção de novas

escolas, que respeitem a vontade dos povos indígena e que valorizem as práticas culturais do povo.

Vale ressaltar que no começo da educação escolar indígena eram somente os não-índios que lecionavam para os alunos. Já nos dias atuais podemos afirmar que a maioria dos professores são os próprios índios que atuam nas escolas das suas comunidades.

4 Educação Escolar Indígena e as Línguas Indígenas

A língua é essencial nas sociedades. Ela é um conjunto de combinações adotadas por um grupo social para permitir uma comunicação entre o grupo social e indevido.

Segundo Maia (2006) todas as línguas são produtos da mesma capacidade mental e tem profundas semelhanças como princípio do encaixe de palavras na frase e existência de verbo.

A diferença da língua é o sotaque e o dialeto, por isso que a língua não é melhor e nem pior, não é primitiva ou mais desenvolvida. A língua permite expressão de qualquer conceito.

Por carregar em si tanta importância cultural e significar a identidade de um povo, dá-se tanta importância para o seu ensino na educação escolar. Pois quando no cotidiano tem-se o risco de perdê-la, de que ela deixe de existir e com ela deixem de existir valores, histórias, artes, cantos, enfim, o patrimônio imaterial de um povo é preciso criar mecanismos para que ela sobreviva ou, no caso do Povo Umutina, seja revitalizada.

Dessa forma as escolas indígenas vêm desenvolvendo trabalhos importantes para que haja uma inserção cada vez maior do estudo e do uso efetivo da língua materna no seu interior com reflexos em toda a comunidade.

Considerações Finais

Espero com essa pesquisa proporcionar um material pedagógico específico que possa ser utilizado na escola, no qual se contemple o conhecimento tradicional do povo Balatiponé.

A importância desse trabalho se dá pelo fato de não existir nenhum registro específico escrito sobre o tema em questão. Portanto, ao realizar esse registro, será possível compreender a relação que se estabelece com nossas manifestações culturais onde somos protagonistas de nossa história.

Vale destacar que, além de registros escritos por alguns professores, existem que conhecimentos que ainda permanecem na memória de um ancião que pode me auxiliar durante a pesquisa.

Como educador, vejo a importância de realizar este trabalho, pois, além de registrar saberes tradicionais do nosso povo, estudantes e professores podem trilhar juntos pelos caminhos da pesquisa, valorizando a própria cultura e os conhecimentos tradicionais do nosso povo Balatiponé.

Referências

CRUZ, Mônica Cidele da. **Povo Umutina: a busca da identidade linguística e cultural**. Tese de Doutorado. Campinas-SP, 2012. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/>

HUARE, Ducinéia Tan. **Léxico remanescente Umutina: repertório linguístico de seus lembrantes**. Cáceres-MT. Unemat, 2015.

LIMA, Stella Telles P. **A língua Umutina: um sopro de vida**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, 1995.

KEZO, L. A. **Boloriê: A origem dos alimentos**. São Carlos, SP: LEETRA/UFSCar, 2015.

QUEZO, Luizinho Ariabô. **Construção de frase na língua Umutina a partir dos seus elementos culturais**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Língua, Arte e Literaturas). Unemat. Barra do Bugres, 2006.

SCHULTZ, Harald. **Vinte e três índios resistem à civilização**. São Paulo: Melhoramentos, 1953.

Recebido: 19/10/2020

Aprovado: 30/12/2020

Publicado: 30/01/2021